



“Poeira em movimento: Histórias de um jornal estudantil de Londrina (Pr) na luta contra a ditadura militar nos anos 1970”¹

FELISMINO, J.A.Tadeu (Mestrando)²
Universidade Estadual de Londrina, Paraná

Resumo: O presente artigo tem por objetivo analisar o papel desempenhado pelo jornal “Levanta, sacode a POEIRA e dá a volta por cima” na organização da luta de resistência do movimento estudantil de Londrina, entre 1974 e 1978, período do governo Geisel em que os militares ensaiavam os primeiros e claudicantes passos rumo a uma abertura política e em que a imprensa alternativa atingia seu apogeu no Brasil. A metodologia consiste na recuperação da história do jornal, através de consulta à sua coleção reunida pelo Centro de Documentação e Pesquisa Histórica (CDPH) da UEL, em memórias do autor e depoimentos dos fundadores¹. Como suporte teórico, recorremos a autores que estudaram os processos da ditadura militar no Brasil, como Sebastião C. Velasco E. Cruz e Carlos Estevam Martins, e - especificamente sobre a história da imprensa alternativa, Bernardo Kucinski. Como conclusão, podemos constatar que o jornal “Poeira” contribuiu decisivamente para a luta de resistência democrática no estado do Paraná e para a hegemonia política do chamado “Grupo Poeira” na Universidade Estadual de Londrina, praticando a democracia participativa, e propomos algumas hipóteses sobre os fatores que determinaram o sucesso da experiência.

Palavras-chave: imprensa alternativa; imprensa estudantil; ditadura militar; Jornal *Poeira*, Universidade Estadual de Londrina.

INTRODUÇÃO

De 1974 a 1978, estudantes da Universidade Estadual de Londrina editaram o jornal *Levanta Sacode a POEIRA e dá a volta por cima*, que foi o principal instrumento de organização de um movimento estudantil que protagonizou importantes lutas contra a ditadura militar no estado do Paraná, no período do governo Geisel.

-
- 1 Trabalho apresentado no GT de Imprensa Alternativa, integrante do 5º Encontro Regional Sul de História da Mídia – Alcar Sul 2014.
 - 2 O autor é jornalista pela UEL (1978), professor do Departamento de Comunicação e mestrando em Comunicação Visual pela mesma universidade, com projeto de pesquisa sobre o jornal *Poeira* e o movimento estudantil dos anos 1970, orientado pelo Prof. Dr. Paulo Cesar Boni. Participou de todas as edições do *Poeira*, entre 1974 e 1978, e ocupou diversos cargos de representação estudantil no período, inclusive presidente do DCE e representante discente nos conselhos superiores da UEL em 1976-77. tadeufelismo@gmail.com



O presente artigo faz uma rápida revisão do contexto histórico em que desenvolveu-se a experiência, abordando as origens e características principais do regime militar, e um mergulho na abordagem de Kucinski (1991) sobre a imprensa alternativa que proliferou no país nos anos 1970, em contraposição à complacência e conivência da grande imprensa brasileira diante dos militares. Ao final, detém-se na experiência do jornal *Poeira*, buscando identificar os fatores que fizeram dele um dos casos mais bem sucedidos da imprensa alternativa e estudantil no Brasil.

A DITADURA MILITAR NO BRASIL

Passados quase 30 anos de seu fim, marcado pela eleição indireta de Tancredo Neves e José Sarney em 1985, e superadas as primeiras abordagens maniqueístas, prevalece entre os estudiosos da ditadura militar que governou o Brasil por 21 anos a compreensão de que foi uma articulação contra revolucionária que transformou o Estado em grande defensor da iniciativa privada e principal agente de modernização do país, como definiu Florestan Fernandes: “Tarefas que a burguesia não conseguiu impor à sociedade seguindo os postulados do ideário liberal, ou seja, dentro da ordem democrática, e delegou-as ao autoritarismo, que as executou a serviço dos interesses privados nacionais e internacionais” (FERNANDES apud BALTAR, 2000, p.39)

Passo previsível de uma burguesia nacional que, após ter sido estrangulada pelo estamento no Império e na República Velha, assumiu o poder com o Estado Novo getulista, mas sem fazer sua revolução liberal, gerando assim um modelo que mescla um modo capitalista de produção, comandado por uma burguesia nascida de uma oligarquia e que exerce seu domínio através do Estado patrimonialista.

Tal arranjo híbrido, obviamente, não poderia protagonizar o golpe que depôs Goulart em 1964 apenas com apoio militar, como numa quartelada. A constatação de Cruz e Martins (2008) é de que o golpe militar foi possível por resultar de uma

complexa coalizão que incluía praticamente todas as facções das classes dominantes (do rural ao urbano, do arcaico ao moderno, do nacional ao estrangeiro, do produtivo ao parasitário), juntamente com ponderáveis parcelas da pequena burguesia, das profissões liberais e da nova classe média burocratizada, com suas respectivas representações no plano político partidário (p.12).



Notável também foi a coalizão no campo militar, apesar das notórias divergências entre suas quatro tendências principais: a linha dura, os nacionalistas de direita, os corporativistas (chefias que se impunham em nome da unidade, hierarquia e burocracia da corporação) e a elite intelectual das forças armadas, os chamados “sorbonistas”, nome inspirado na elite intelectual anti liberal da França, que apoiou a Revolução Francesa contra o absolutismo do rei no século XVIII.

No Brasil, o sorbonismo surgiu na resistência contra Vargas e o Estado Novo a partir da Revolução de 1932, se afirmou na aliança com os Estados Unidos na frente antifascista da Segunda Guerra e adquiriu massa crítica com a criação da Escola Superior de Guerra e com o envio de seus membros para cursos na Academia Militar de West Point (EUA). De acordo com Cruz e Martins,

graças à presença sorbonista, o movimento de 64 continha a possibilidade de transcender os limites de um simples golpe de Estado e de se configurar positivamente, como redirecionamento cosmopolita-modernizante que abandonaria os rumos tomados pela Revolução de 30 para inaugurar um novo ciclo da história brasileira” (p.14).

Num processo constante de lutas internas pelo poder, a ditadura brasileira começou sob o comando do sorbonista Castelo Branco; em 1967 a linha dura militar assumiu com Costa e Silva e radicalizou com a Junta Militar e depois com Médici no período de confronto com as forças de esquerda, beneficiada pelo “milagre econômico”; em 1974 os sorbonistas reassumiram com Geisel e Golbery e a última etapa da ditadura foi conduzida pela linha dura (Figueiredo) em aliança com os sorbonistas (Golbery), até a eleição indireta de Tancredo e – com sua morte – a posse de Sarney.

O denominador comum em todos esses ciclos, porém, foi o caráter ditatorial do regime de 1964, apesar de sua constante e injustificável “pretensão de legitimidade”, de que falou Rezende (1996). Tanto assim que o sorbonista Castelo Branco deixou sua marca com o Ato Institucional nº 2, em 1966, que revigorou uma ditadura que “parecia caminhar para o recesso” (CRUZ E MARTINS 2008, p.23-24). A ressurreição incluía o retomo dos poderes para cassar mandatos e suspender direitos políticos, a limitação da livre manifestação do pensamento, a extinção dos partidos políticos, a outorga da faculdade de decretar intervenção nos estados, de baixar decretos-leis em matéria de segurança nacional e de declarar em recesso as casas legislativas, entre outros.

Por sua vez, a Junta Militar que substituiu Costa e Silva após sua enfermidade e



morte, recrudescer a ditadura com a edição do AI-5 em dezembro de 1968, com o objetivo de debelar a crise de instabilidade que chegava ao clímax com a rebelião estudantil e a insubordinação do Congresso Nacional. O Ato 5 dava ao presidente da República poderes para recessar o Congresso, intervir em estados e municípios, cassar mandatos eletivos e suspender direitos políticos de qualquer cidadão, remover, aposentar ou reformar titulares de cargos públicos, decretar o estado de sítio, decretar o confisco de bens, suspender garantias constitucionais referentes às liberdades de reunião e de associação e estabelecer a censura da imprensa, da correspondência, das telecomunicações e das diversões públicas.

Com tais poderes, a linha dura implantou em 1969 a chamada “revolução permanente” e passou a presidência do país ao general Emílio Garrastazu Médici, cujo governo combinou a mais severa repressão política com o chamado “milagre econômico”, projeto baseado na captação de recursos internacionais então abundantes para investimento em obras de infraestrutura, que propiciaram ao país índices de crescimento “chineses” de 1970 a 1977 – 14,5% ao ano.

Até mesmo o general sorbonista Ernesto Geisel, que governou o país no período que interessa a este artigo (1974-78), com o discurso de uma “reversão do processo revolucionário” através de uma “distensão lenta, gradual e segura”, recorreu aos poderes ditatoriais que lhe facultava o AI-5 para não perder o controle do processo político, após a avassaladora derrota do governo para o MDB nas eleições de 1974 e os confrontos com a linha dura do Exército, que resultaram em assassinatos como os do jornalista Vladimir Herzog, em outubro de 1975.

Para tanto, no início de 1977 ele baixou o “pacote de abril”, com medidas para manipular as eleições de 1978, tais como: eleições indiretas para escolha de governadores, eleição de 1/3 do Senado por via indireta e instituição de sublegendas na eleição direta dos restantes; extensão às eleições estaduais e federais da legislação restringindo a propaganda eleitoral no rádio e na TV; redução do quorum para a votação de emendas constitucionais pelo Congresso; alteração do colégio eleitoral que elege o presidente da República; ampliação de cinco para seis anos do mandato presidencial. Medidas que lhe permitiram fazer o sucessor, general João Batista Figueiredo, que encerrou o ciclo militar com a devolução do governo aos civis em 1985, num quadro de



colapso da economia brasileira em virtude da dívida externa contraída durante a ditadura.

De sua parte, as forças de oposição ao regime, após a desmoralizante derrota sem resistência em 1964, nunca conseguiram se articular e nem mesmo compreender a natureza e características do golpe e do regime impostos ao país. Especialmente as forças de esquerda, que desde os anos 1950 viam na Revolução Cubana o modelo para a revolução brasileira, e que em 64 “se julgavam a um passo da conquista definitiva do poder e que, no entanto, foram colhidas de surpresa por um golpe além tudo perfeitamente previsível” (CRUZ E MARTINS 2008, p.44), igualmente em 1967 avaliaram mal a conjuntura decorrente da institucionalização da ditadura e em muitos casos optaram pela clandestinidade e a luta armada.

Nada podia ser mais infundado que o prognóstico feito por Marighela e tantos outros em 1967. Com o aumento da repressão, as massas não aderiram à sublevação armada. Em lugar de dar corpo aos arroubos do subjetivismo revolucionário, a população se amedrontou e se afastou da vida pública (p.53).

A IMPRENSA ALTERNATIVA

Na avaliação de Bernardo Kucinski (1991), o fenômeno da imprensa alternativa – ou nanica – no Brasil pós 1964, decorreu da complacência da grande imprensa para com o regime militar.

Jornais que, na luta contra o estado populista dos anos 50, chegaram a erguer com os militares um poder paralelo, a *República do Galeão*, causa principal do suicídio de Getúlio, e que, num crescendo de ativismo, ajudaram a articular o golpe militar, sofrem uma grande inflexão no seu papel social, delegando ao estado autoritário a tarefa de defender os seus interesses de proprietários (...) Enquanto recuam os jornais, é acionado como mecanismo de persuasão ideológica dominante, o padrão *Globo* de televisão (...) (p.xxiii)

Kucinski catalogou 150 periódicos que, entre 1964 e 1980, denunciaram sistematicamente as torturas e violações dos direitos humanos, além de criticar o modelo econômico, inclusive nos anos de seu aparente sucesso, durante o milagre econômico (p.xiv). Mas metade deles não chegou a completar um ano de existência e



apenas cerca de 25 jornais, nascidos de articulações mais densas, tiveram vida relativamente longa, de até cinco anos (p.xxiv), como foi o caso do *Poeira*. Muito em função das perseguições do aparelho militar, que submetia os jornais considerados mais importantes a um regime drástico de censura prévia, além de casos de prisões de editores como d'O *Pasquim* (por dois meses), *Resistencia*, *Coojornal* e *Opinião*, e apreensão de edições mesmo após censura prévia.

Kucinski identificou duas classes de jornais alternativos, os políticos e os existencialistas. “No ambiente hostil, desagregador e depressivo da ditadura, cada jornal funcionava como ponto de encontro espiritual ou como polo virtual de agregação” (1991, p.xxii). Outros fatores de atração e convergência, segundo o autor: jornais nascidos a partir de episódios de fechamento de espaços na grande imprensa e/ou da figura de um líder, o “jornalista-alma” do projeto alternativo. “Teria existido *Opinião* sem Raimundo Pereira? *Pif-Paf* sem Millôr Fernandes? *O Pasquim* sem Jaguar ou *Versus* sem Marcos Faerman? Dificilmente” (Ibid p.xvi)

Tais pontos de encontro atraíam o que o autor denomina “duas forças compulsivas” (p.xx), convergentes mas com aspirações distintas: de um lado ativistas políticos ávidos por protagonizar as transformações que propunham, e de outro jornalistas e intelectuais em busca por espaços alternativos à grande imprensa e à academia. Tal convivência provocou tensões e conflitos: “Era como se houvesse um consciente gramsciano ... compartilhado principalmente por jornalistas independentes e intelectuais, e um inconsciente leninista trazido pelo ativismo político, que acabava se impondo” (p.xx).

A prevalência desse “inconsciente leninista” levou a uma espécie de “partidarização” da maioria dos jornais alternativos: “Entre 1974 e 1977, ou seja, até a entrada em cena do operariado do ABC, a história das esquerdas brasileiras praticamente se confunde com a história da imprensa alternativa” (Ibid p.xvii). Ao longo do tempo, a subordinação oculta de jornais a partidos chegou a desqualificar seus participantes que, “de protagonistas de um novo modelo ético-político democrático ... viam-se reduzidos a instrumentos de manipulação” (xxvi)

O assassinato do jornalista Vladimir Herzog em outubro de 1975 foi um divisor de águas para a imprensa brasileira: de um lado o padrão alternativo tornou-se



dominante, com a circulação de 160 mil exemplares semanais, apenas somando os oito títulos principais, levando a imprensa alternativa a seu apogeu no triênio 1975-77; de outro, “rompeu-se o precário equilíbrio nas relações de trabalho na grande imprensa, ao mesmo tempo em que se esgotou o modo complacente pelo qual os jornais se relacionavam com o regime” (Ibid p.xxiv)

Kucinski se pergunta “por que desapareceram tão repentinamente os jornais alternativos, mesmo aqueles com um acervo de muitos anos?” – e recusa a resposta corrente de que sua única razão de existir era a resistência à ditadura.

Se a história comprovar a morte da *utopia*, é possível que o desaparecimento quase total e repentino da imprensa alternativa tenha sido premonitório, corroborando a tese de que essa imprensa, por estabelecer pontes entre organizações e a sociedade, antecipa as grandes transformações. (Ibid p.xxix)

LONDRINA

O livro de Bernardo Kucinski traz duas referências à imprensa alternativa de Londrina.

Havia linhagens regionais, formadas por intelectuais e jornalistas relativamente isolados dos centros de produção intelectual, levados a lançar sucessivos jornais para dar vazão à sua criatividade (...) Em Londrina formou-se uma típica linhagem regional a partir do semanário *Novo Jornal*, lançado em 1971 com bases empresariais, mas com proposta editorial atrevida. Ali se juntou o grupo de jornalistas jovens, *focas*, futuros protagonistas de *Terra Roxa* (1972) e *Poeira* (1974), dois dos mais aguerridos jornais estudantis da história de Londrina; de *Atalho* (1975), porta-voz da Associação dos Professores Licenciados do Paraná; de seu sucessor, *Água Corrente*; e, finalmente, de *Paraná Repórter* (1980), o jornal da cooperativa dos jornalistas de Londrina, e *Fala Paraná* (1981), braço do jornal *Movimento* em Londrina. (1991 p.08).

Na página 143, Kucinski destaca o que classifica como jornais alternativos basistas:

Os mais importantes são: *Poeira*, DCE de Londrina; *Avesso*, órgão do DCE Livre da USP ... *Cobra de Vidro*, produzido por um conjunto de diretórios estudantis (...) *Novo Rumo*, vários DCEs de São Paulo; *O Espírito da Coisa*, São Paulo 1977; e *Nova Ação*, Salvador, 1977.

O semanário *Novo Jornal*, mencionado por Bernardo Kucinski, foi um projeto inspirado no jornalismo autoral da revista *Realidade*, que teve como editores Domingos



Pellegrini Junior, Cleto de Assis e Leonardo Henrique dos Santos, e que formou uma geração de jovens jornalistas. Entre os quais Marcelo Oikawa, Roldão Arruda e Nílson Monteiro que viriam a iniciar e coordenar a experiência do jornal *Poeira*, juntamente com Célia Regina de Souza, Cleusa Venancio Monteiro e Luzia Tiemi Oikawa que, como os três, haviam participado do movimento estudantil secundarista de 1968 no Colégio Estadual Vicente Rijo e na União Londrinense dos Estudantes Secundaristas (ULES).

Naquela época, esses jovens se posicionaram contra a radicalização do movimento estudantil de 1968, que levou muitos estudantes à clandestinidade, luta armada, tortura e morte nos chamados “porões da ditadura”, optando por atividades comunitárias e culturais, especialmente literatura e teatro. Marcelo Oikawa creditou essa postura, que foi a base de atuação do jornal *Poeira*, às orientações de um líder estudantil da época, um pouco mais velho que eles, Paulo Nassar:

Não sei de onde, ele começou a vir com algumas ponderações muito firmes e impressionantes: temos que ter paciência, não adianta querer fazer o parto da história na marra; para despertar uma pessoa para a realidade do mundo primeiro é preciso conscientizá-la, só depois podemos começar a politizá-la. Uma pessoa só vai se mobilizar por algum problema que a atinja diretamente, temos que descobrir esse caminho... O certo é a gente se organizar, ganhar as eleições para os grêmios e começar a organizar os estudantes a partir de seus interesses específicos. Nunca me esqueci dessas palavras. (OIKAWA apud YAMASAKI, 2009, p.37)

Quando foram estudar na Universidade Estadual de Londrina, a partir de 1971, recém criada nos moldes da Reforma Universitária baseada nos acordos MEC-USAID (regime de fundação com ensino pago, sistema de créditos e representação estudantil vinculada à estrutura da universidade), conheceram e passaram a conviver com Marília Andrade, estudante de Pedagogia vinda de Belo Horizonte. Os sete tiveram participações importantes na primeira gestão do DCE (1972-73), vencida por uma frente democrática liderada pelo estudante de Medicina Márcio Almeida, e foram responsáveis pela criação do jornal *Terra Roxa*, que iniciou um trabalho de conscientização política das bases estudantis, procurando agregar estudantes em grupos de estudos de literatura, jornalismo, teatro, cinema etc.

Após a derrota da chapa *Terra Roxa* para um grupo conservador ligado ao



partido do governo, a Arena, alguns daqueles sete membros começaram a avaliar os erros da primeira gestão e a discutir mecanismos para aprofundar o trabalho de base na universidade. A resposta veio na forma de um novo jornal, uma vez que o *Terra Roxa* - como jornal do DCE - permaneceu com a nova diretoria conservadora.

Assim nasceu, no último bimestre de 1973, a proposta do *Levanta, sacode a POEIRA e dá a volta por cima*, alusão à retomada após a derrota. “O nome foi ideia minha, tirada da música do Paulo Vanzolini” – diz Marília Andrade. “Aliás, o *Terra Roxa* também, tirei do nome de uma revista editada pelo Mário de Andrade na década de 30, *Terra Roxa e Outras Terras*”. Segundo ela, a proposta do *Poeira* e toda a estratégia para 1974 nasceu numa reunião entre ela, Cleusa Monteiro e Marcelo Oikawa, no apartamento deste, no fim de 1973: “Foi uma reunião histórica pra mim, porque tudo que nós planejamos se concretizou, o jornal, a pesquisa com os estudantes, a vitória em 74, foi incrível!”ⁱⁱ

Foram 27 edições e dezenas de boletins especiais entre março de 1974 e novembro de 1978, período em que o jornal divulgou e protagonizou as principais lutas do movimento estudantil da Universidade Estadual de Londrina, tais como: contra o exame obrigatório ao final de cada disciplina, vencida em 1975; pelo benefício da meia passagem no transporte público (passe universitário), obtido em 1976; contra o regimento interno 169, que transpunha e agravava as prescrições do decreto federal 477 para o ambiente da universidade, aprovado em 1976 mas nunca aplicado; e pelo ensino gratuito, conquistado nos anos 1990, entre várias outras conquistas.

Tudo resultando numa incontestável hegemonia política, conquistada em eleições anuais para o DCE, diretórios setoriais e representações estudantis junto a órgãos da universidade, só encerrada em 1978, quando a administração da UEL extinguiu as entidades oficiais:

(...) o jornal rearticulou o grupo que venceu as eleições de 1974 e manteve-se na direção do DCE até o final de 1978. Nesse período mantiveram em circulação um jornal admirável pela qualidade das matérias, pela diagramação inovadora, pelo número de páginas e elevada tiragem e pela façanha de sobreviver por seis longos anos (PACHECO, 1997).



O JORNAL *POEIRA*

O presente artigo propõe-se analisar aspectos que, na visão do autor, participante assíduo do jornal e do movimento de 1974 a 1978, constituíram alguns dos fatores de sucesso e lições aprendidas da experiência. Esses aspectos constituem hipóteses da pesquisa de mestrado que o autor está conduzindo, a ser concluída em 2015.

1 – **Autonomia:**

Em toda sua história o *Poeira* foi um jornal “no DCE” e não “do DCE”, nunca utilizando recursos da entidade, exatamente para não perder a marca em caso de derrota eleitoral, como ocorreu em 1973 com o jornal *Terra Roxa*. Com isso o jornal buscava sua sustentabilidade através da venda de anúncios, ampliando a prática iniciada pelo *Terra Roxa*, e obtendo boa adesão de livrarias, escolas de idiomas, bares e restaurantes, empresas e prestadores de serviços em geral. E também contava com a simpatia da *Folha de Londrina*, onde trabalhavam alguns dos fundadores do jornal - “sempre que faltava dinheiro para pagar a conta, a gente chorava as mágoas com o seo João Milanez ou o Alvaro Grotti e conseguia bons descontos”, lembra Cleusa Monteiroⁱⁱⁱ.

As dificuldades começaram em 1975, quando os jornalistas fundadores deixaram a *Folha* para trabalhar num novo jornal diário e, em nível nacional, o clima político piorou com as investidas da linha dura militar, que realizou prisões políticas no Paraná e Santa Catarina e, no segundo semestre, assassinou Vladimir Herzog em dependências do Exército em São Paulo, fato noticiado com destaque na edição nº 11 do *Poeira*. Ao mesmo tempo, anunciantes do jornal passaram a receber visitas ameaçadoras de agentes da P2 (unidade de inteligência da Polícia Militar), que trabalhavam em colaboração com a Assessoria Especial de Segurança e Informações (AESI) da Universidade.

Como resultado, o *Poeira* teve que buscar opções de impressão fora de Londrina, tendo suas edições de 1976 impressas em Maringá, Ourinhos e Bauru. Ao mesmo tempo, o grupo partiu para a busca de sua autonomia, o que se concretizou em meados de 1976 com a compra de uma máquina impressora Multilith rotoplana usada, num momento em que a edição nº 13 estava pronta e não tinha onde ser impressa. O jornal comemorou:



Este jornal, pelas dificuldades que enfrentamos, é talvez o mais importante de todos os que já foram feitos até agora. Este POEIRA (...) traz o resultado de mais de dois anos de trabalho persistente e organizado (...) mais uma vez, o estudante londrinense 'levanta, sacode a poeira e dá a volta por cima' (Editorial do nº 13, agosto de 1976).

Marco na história do jornal e do movimento estudantil, a aquisição foi um impacto para a administração da universidade. Tanto assim que, em novembro de 1978, antes mesmo que o Conselho de Administração da UEL aprovasse o fechamento dos diretórios e cassação dos mandatos de seus dirigentes, funcionários da guarda patrimonial da Universidade já estavam a postos na antiga sede do DCE, para imediatamente recolher a máquina impressora do *Poeira*, o que foi feito derrubando uma das paredes do prédio a marretadas.

2 – Trabalho de base:

Com base nas experiências de 1968 e do *Terra Roxa*, o *Poeira* tinha uma preocupação quase obsessiva em manter-se próximo do estudantado, o que era uma questão de forma e conteúdo. Na forma o jornal buscava falar uma linguagem informal, usando e abusando do humor, presente nas tiras d'*O Pasquim* e do argentino Quino, cuja *Mafalda* era personagem símbolo do *Poeira*, e também em colunas de humor como o "Horóscopo-Pô", que brincava com os diversos cursos da UEL, notas enviadas por estudantes como a do professor de natação que não sabia nadar, e algumas crônicas eventuais, como a fábula medieval sobre um aspirante a príncipe, "AlvalesOscar" - satirizando o então reitor Oscar Alves - que marcou época.

No conteúdo, a preocupação do jornal era abordar temas do dia a dia da universidade, como a qualidade do ensino, o transporte público para o campus, o ensino pago e outros. A inclusão de temas políticos na agenda, como as liberdades democráticas, a anistia e a constituinte, foi acontecendo gradualmente e sempre a partir de fatos locais. Para não se descolar do estudantado, o jornal realizava anualmente, antes das eleições estudantis, uma pesquisa mediante distribuição de questionários a todos os estudantes, de sala em sala, pedindo avaliação do trabalho do *Poeira* e dos diretórios e a indicação das prioridades para a próxima gestão.

Na pesquisa de agosto de 1975, por exemplo,



um dado que mostra que o POEIRA conquistou definitivamente a classe estudantil: 88,9% afirmaram que o POEIRA está ótimo, deram seu integral apoio e pediram que o jornal continue como está. Disseram ainda que o jornal é vital para manter a união entre os estudantes. Apenas 1,1% disseram não gostar do jornal. Na primeira pesquisa, há um ano, o índice dos contra foi de 2,4%. (YAMASAKI 2009, p.57).

3 – Qualidade editorial e gráfica:

O *Poeira* herdou do jornal *Terra Roxa* a preocupação e o cuidado com a qualidade dos textos, ilustrações, diagramação, arte final e impressão do jornal. Sem dúvida a presença de jornalistas profissionais entre os fundadores pesou para isso, mas o desafio sempre foi o de manter o processo de produção do jornal aberto a estudantes de todos os cursos interessados em participar, sem abrir mão da qualidade. Para conciliar necessidades tão divergentes, o *Poeira* criou o GEIE – Grupo de Estudos de Imprensa Estudantil, que se reunia nas tardes de sábado.

Com o tempo, essas reuniões passaram a ser simplesmente do *Poeira*, e o caráter democrático do jornal, de permitir e incentivar a participação dos estudantes, conciliou-se com o caráter didático, de capacitar estudantes dos mais diferentes cursos a serem bons pauteiros, repórteres, redatores, fotógrafos, ilustradores, diagramadores, arte finalistas, impressores, distribuidores e também vendedores de anúncios.

O empenho na qualidade editorial e gráfica foi recompensado, já no fim de 1974, com a conquista - pelo jornal *Poeira* - do primeiro lugar no Concurso Nacional Parker Pen de Jornalismo Estudantil, recebido no mês de janeiro de 1975 em São Paulo.

CONCLUSÃO

A experiência do jornal *Levanta, sacode a POEIRA e dá a volta por cima*, como instrumento de divulgação, organização e luta do movimento estudantil da Universidade Estadual de Londrina, entre 1974 e 1978, constituiu um importante caso de sucesso da imprensa alternativa e estudantil do Brasil nos anos 1970, sendo um dos poucos jornais do gênero a durar tanto tempo (cinco anos) e com tanto respaldo social, aferido anualmente por pesquisas de opinião e processos eleitorais livres e pela repercussão de suas lutas na sociedade e nos meios de comunicação.



O presente artigo propõe algumas hipóteses para explicar o sucesso da experiência, como o respeito autêntico às bases estudantis; a conquista da autonomia através de anúncios, promoções e da aquisição de uma máquina impressora; e o cuidado com a qualidade editorial e gráfica dos materiais produzidos. Quanto ao vínculo partidário, que na visão de Bernardo Kucinski teve papel preponderantemente negativo na imprensa alternativa nacional, nossa hipótese é que, no caso de Londrina, não foi assim, o jornal e o movimento estudantil seguiram a mesma linha de trabalho, baseada numa democracia participativa, do começo ao fim. E o fim da experiência deveu-se mais às mudanças da conjuntura nacional, decorrentes da redemocratização do país, e a um recuo da Universidade Estadual de Londrina num dos fundamentos da Reforma Universitária, com a extinção dos diretórios e representações estudantis atrelados à administração universitária, em 1978.

REFERÊNCIAS

- BALTAR, Ronaldo. **O ponto morto**. Londrina PR, Editora da Universidade Estadual de Londrina, 2000.
- CRUZ, Sebastião C. Velasco E. e MARTINS, Carlos Estevam. “De Castelo a Figueiredo: Uma incursão na pré história da *abertura*”. In **Sociedade Política no Brasil pós-64**, SORJ, Bernardo e ALMEIDA, Maria Herminia Tavares de (ORG). Rio de Janeiro RJ, Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.
- KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo SP, Scrita Editorial, 1991.
- PACHECO, Jairo. **Inventário Sumário do Fundo do Diretório Central dos Estudantes do CDPH – Centro de Documentação e Pesquisa Histórica da Universidade Estadual de Londrina**. Editora da UEL. Londrina. 1997.
- REZENDE, Maria José de. **A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade – 1964-1984**. Tese apresentada para obtenção do título de doutor em Sociologia à Universidade de São Paulo, sob orientação do Prof. Dr. José Carlos Bruci, São Paulo 1996.
- YAMASAKI, Francisco Yudi. **Poeira, um projeto de conscientização e formação de massa crítica a partir de um jornal estudantil – 1972-1978**, Londrina PR, Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Comunicação Popular e Comunitária, do Departamento de Comunicação da Universidade Estadual de Londrina, 2009.



50 anos do Golpe Militar de 64

"A história que a mídia faz, conta ou não conta"

REGISTROS FOTOGRÁFICOS



Edição nº 18, impressa na máquina adquirida pelo *Poeira* através de shows como MPB4, João Bosco, Tarancón e Grupo Raizes.



Campanha da chapa *Poeira* em 1974, com o cartaz símbolo da *Mafalda*, vencida com 69,9% dos votos.



Ato público no campus em protesto contras as prisões no III Encontro Nacional de Estudantes em Belo Horizonte, em junho de 1977. Entre os presos, três representantes dos estudantes da UEL.



Carreata do campus universitário para o centro de Londrina, em protesto contra o regimento interno 169 (1977)



Cerco policial ao DCE na proibição ao primeiro debate sobre a Constituinte realizado no Paraná, em junho de 1977, com a presençado ex ministro do Supremo Tribunal Federal, Aliomar Baleeiro. A proibição teve repercussão nacional, inclusive editoriais em *O Estado de São Paulo*

NOTAS DE FIM

ⁱ Consideramos fundadores do jornal *Poeira* sete estudantes, seis deles londrinenses (Marcelo Oikawa, Cleusa Venâncio Monteiro, Célia Regina de Souza, Roldão Oliveira Arruda, Luzia Tiemi Oikawa e Nilson Monteiro Menezes), egressos do movimento estudantil secundarista de 1968, e Marília Andrade, que participou do movimento estudantil dos anos 1960 em Belo Horizonte, foi presa no Congresso de Ibiúna (SP) em 1968 e viveu em Londrina entre 1970 e 1974.

ⁱⁱ Depoimento ao autor em 30/01/2014

ⁱⁱⁱ Depoimento ao autor em 09/02/2014